

CERCIFAF NA RTP

A convite da produção do programa "Portugal no Coração", participaram na sessão que teve lugar no dia três de Dezembro, entre as quinze e quinze e as dezassete e trinta horas, os directores da CERCIFAF, Dr. Luís Roque e Prof. José Luís Ribeiro, a empresária Maurícia Mendes, Gerente da Nova Extral – Indústria de Alumínios, SA, com sede em Fafe, o trabalhador daquela empresa e ex-formando António Soares, conhecido atleta do Clube Desportivo CERCIFAF e a formanda do Centro de Formação e Emprego da CERCIFAF, Natália Teixeira que se encontra a realizar o estágio profissional na EB 2,3 do Arco de Baúlhe.

O convite surgiu na sequência da comemoração do *Dia Internacional das Pessoas com Deficiência*, que teve lugar naquele dia.



Após a necessária e indispensável passagem pela sala de maquilhagem, a comitiva fafense foi recebida pelos apresentadores do programa Merche Romero e José Malato cuja simpatia e boa disposição muito contribuíram para colocar mais à vontade os participantes fafenses.

No decorrer do programa todos tiveram a oportunidade de se fazerem ouvir.

Fizeram-no numa perspectiva de enaltecer o papel das pessoas com deficiência, das suas capacidades, desejos e ambições, afinal, tudo aquilo que é comum à generalidade das pessoas.

No final do programa, a sensação era agradável não só por se ter conseguido, embora por alguns minutos, dar uma imagem de sucesso das pessoas com deficiência, dos empresários que as integram nas suas empresas e das Organizações que tudo fazem para que as "diferenças" sejam assumidas com naturalidade e a inclusão social e profissional aconteça todos os dias, como ainda pela oportunidade de ser participante activo num programa de grande audiência, como bem ficou demonstrado pelas chamadas telefónicas recebidas pelos participantes fafenses oriundas do país e do estrangeiro.

CERCIFAF VENCE CONCURSO NACIONAL

O prémio é constituído por um Parque Infantil

Numa iniciativa do Grupo CARMO – empresa produtora de produtos de madeira tratada de longa duração – e com o acompanhamento da *Associação Portuguesa de Deficientes* e do *Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência*, foi organizado um concurso, aprovado pelo Governo Civil de Aveiro, com a finalidade de distinguir um postal de Natal elaborado por crianças com Necessidades Educativas Especiais, integradas em Associações/Escolas do ensino público ou privado.

O postal a criar, tinha como objectivos estimular o desenvolvimento de trabalhos que fomentem a discussão nas escolas sobre o sector produtivo da madeira e ainda o de sensibilizar a CARMO para a adaptação dos seus produtos consoante o *feedback* recebido dos destinatários deste concurso, e deveria, ainda, estar relacionado com a actividade industrial e/ou produtos produzidos pelo Grupo CARMO.

Os trabalhos deveriam ser apresentados em suporte de papel (desenhos, pinturas e/ou outras formas gráficas) a fim de facilitar a sua posterior reprodução gráfica, acompanhados de memória descritiva.

Um grupo de alunos do *CER – Centro de Educação e Reabilitação* da CERCIFAF, apresentou-se a concurso e viu o seu trabalho distinguido por um Júri que tinha como missão seleccionar um trabalho em que estivessem presentes, não só a qualidade estética e a criatividade como ainda deveria intuir a associação do Postal de Natal à actividade do Grupo Carmo.

O prémio a entregar à CERCIFAF será um parque infantil no valor de 5.000 euros. Por sua vez aos alunos vencedores receberão uma medalha de reconhecimento.

Para a CERCIFAF este prémio chegou em boa hora, dado que a Direcção da Instituição tinha iniciado a reconversão do antigo parque infantil, por não oferecer condições de segurança, aguardando a oportunidade de efectuar a

aquisição de equipamentos que os seus alunos, de uma forma brilhante, vieram resolver. Diga-se que foi uma excelente prenda de Natal que os mais novos quiseram oferecer à Instituição, com o seu esforço e criatividade.



Para os alunos e educadores envolvidos no projecto os nossos parabéns por mais esta vitória que muito engrandece a CERCIFAF e a comunidade onde se inserem. Também o Grupo Carmo está de parabéns por encontrar estratégias inteligentes de colaborar e apoiar as Associações/Escolas do ensino público ou privado, premiando o esforço e a competência, em detrimento de outras formas menos elevadas de promover a Solidariedade.

CAMPEONATO DE PORTUGAL DE CORTA-MATO



António Soares e o Clube Desportivo CERCIFAF revalidaram os títulos de Campeão Individual e Colectivo no Campeonato de Corta-Mato que teve lugar no passado dia 20/11/2004, na cidade de Lamego.

O atleta fafense, revelando uma extraordinária capacidade no controlo da prova, venceu destacado dos seus colegas,

Armando Pereira e Manuel Rocha que alcançaram, respectivamente, o 2º e 3º lugares, conseguindo desta forma que ao pódio apenas subissem atletas de Fafe.

Em evidência esteve também o atleta Luís Paulo Magalhães que de forma categórica venceu a prova destinada ao escalão de juniores, pelo que a CERCIFAF conta entre os seus atletas com mais um campeão nacional.

Nas provas adaptadas, Carlos Peixoto venceu o Corta-Mato (curto), embora sendo um atleta de pista. Por sua vez José Teixeira alcançou a 7º posição nesta modalidade.

Estas provas serviram ainda para observar os atletas que irão representar Portugal no Campeonato da Europa de Cross, em Vilamoura-Algarve.

II CONGRESSO DAS COOPERATIVAS PORTUGUESAS



Sob o lema "PARA UM DESENVOLVIMENTO MAIS SOLIDÁRIO" decorreu durante os dias 18 e 19 do corrente mês, nas instalações do CNEMA – Centro Nacional de Exposições, em Santarém, o *II Congresso das Cooperativas Portuguesas*, no qual participaram cerca de seiscentos delegados

em representação dos vários ramos do sector cooperativo português. Estiveram presentes representações de Angola, Brasil, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e ainda o Presidente da *ACI - Aliança Cooperativa Internacional*.

A Sessão Solene de Abertura foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, Dr. Pais do Amaral, membro que no governo assume a ligação com este importante sector da economia portuguesa.

O Congresso organizou-se em volta de três grandes temas: a "Identidade Cooperativa", "Factores Estratégicos do Desenvolvimento Cooperativo" e "As Cooperativas, o Futuro e a Globalização". Antes porém foram apresentadas

comunicações sobre a “ Contribuição das Cooperativas para um Desenvolvimento mais Solidário”.

A organização do Congresso coube ao *Fórum Intercooperativo*, nascido no âmbito das conclusões do I Congresso que teve lugar em 1999. São membros do *Fórum Intercooperativo* a CONFAGRI e a CONFECOOP e todas as Federações Sectoriais representativas dos diversos ramos do Sector Cooperativo. A preparação do Congresso contou com a colaboração de uma comissão científica de que fizeram parte representantes da Universidade Portucalense, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Instituto Superior de Agronomia, Escola Superior de Gestão de Santarém e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Diga-se que Fafe e em particular a CERCIFAF ficam de certa forma ligadas a este Congresso. De facto, aquando das comemorações do Dia Internacional das Cooperativas, que teve lugar nas instalações da CERCIFAF no dia cinco de Julho de 2003, o *Fórum Intercooperativo* aprovou, na reunião de Fafe, a realização deste evento, cujo anúncio aconteceu no decorrer da Sessão Solene incluída no programa comemorativo dos 25 Anos da CERCIFAF.

Como afirmou o Comendador Fernando Mendonça, Presidente da CONFAGRI, “este Congresso, deverá ser o ponto de partida para um cooperativismo português mais forte, mais consciente, mais conhecido e mais respeitado”.

Durante os dois dias foram muitas e variadas as comunicações apresentadas, algumas das quais atingiram elevada qualidade técnica e estratégica em face da missão que deve orientar as cooperativas portuguesas face aos desafios da globalização.

Não cabendo neste apontamento dissertar sobre tudo o que aconteceu neste II Congresso, realçamos duas ideias contidas na Moção de Estratégia que foi aprovada por unanimidade e aclamação.

A primeira ideia diz respeito à “naturalidade com que as cooperativas portuguesas se reconhecem nos valores da auto-ajuda, da responsabilidade individual, da democracia, da igualdade, da equidade e da solidariedade”, onde os cooperadores “têm prezado os valores éticos da honestidade, da transparência, da responsabilidade social e do altruísmo” num quadro crescente de intercooperação nos “domínios da defesa do ambiente, da saúde, do desenvolvimento social ou comunitário, da cultura, do combate à pobreza, da inclusão social, da deficiência, da protecção aos imigrantes, dos cuidados prestados às pessoas em situações de maior vulnerabilidade”.

A segunda ideia diz respeito à “educação cooperativa e à formação de dirigentes e de quadros técnicos das cooperativas, bem como dos próprios cooperadores”. Neste contexto, a Moção reafirma o princípio de que as “cooperativas devem estabelecer parcerias e desenvolver estratégias que tenham como objectivo

intensificar, de forma integrada, a cooperação e colaboração com instituições de ensino e de investigação” num quadro em que “o movimento cooperativo tem de se preparar para responder aos desafios que o futuro lhe vai colocar, a dois planos: No plano global, as “cooperativas enfrentam um processo de globalização, geradora de exclusão e desigualdade que ocorre num contexto de enorme inovação tecnológica, com rápida universalização quer das esperanças quer dos problemas”.

No plano de proximidade, as “cooperativas defrontam problemas parcelares ou conjunturais, muitas vezes suscitados pelas particularidades de um país onde os desafios do futuro não são fáceis de prever e de identificar”.

Foi neste quadro de incertezas e óbvias constatações que os congressistas perspectivaram o futuro do movimento cooperativo, cuja dimensão está evidenciada no corpo deste artigo.

Ao fim de mais de cento e cinquenta anos chegou o momento de o movimento cooperativo assumir um novo protagonismo no combate de alguns dos problemas estruturais da sociedade portuguesa.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS PARA O SECTOR

O Congresso das Cooperativas Portuguesas reunido em Santarém, nos dias 18 e 19 de Novembro de 2004, subordinado ao lema “Cooperativas – Para um Desenvolvimento mais Solidário”, após profundo e participado debate sobre os temas dos diferentes painéis, decidiu aprovar as seguintes conclusões e propostas de acção para o Sector Cooperativo:

- 1.** Aprofundar e desenvolver o actual modelo constitutivo e de funcionamento do Fórum Intercooperativo, fazendo-o evoluir de forma progressiva com vista a uma mais adequada representação dos interesses do sector, particularmente nas vertentes da promoção da sua imagem e visibilidade, na legislação e no diálogo com os poderes públicos;
- 2.** Desenvolver os estudos e as diligências necessárias para a constituição de um Fundo Nacional Cooperativo, destinado a fomentar e apoiar iniciativas e projectos orientados para a promoção, inovação e desenvolvimento do Sector;
- 3.** Diligenciar para que seja assegurado que o próximo Quadro Comunitário de Apoio preveja medidas específicas para o desenvolvimento das empresas cooperativas e que estas tenham um papel importante para o desenvolvimento do mundo rural e local onde estão inseridas;

- 4.** Diligenciar para que sejam adoptadas as medidas necessárias para assegurar que os programas para a Educação, Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida garantam o acesso e a participação do Sector Cooperativo;
- 5.** Reiterar a necessidade de reformulação do PRODESCOOP no sentido de o adequar às reais necessidades do sector cooperativo português, conforme as propostas oportunamente apresentadas pelo sector ao governo;
- 6.** Requerer do governo a urgente criação de um quadro legal específico para o regime de trabalho e segurança social dos Cooperadores – Trabalhadores, operando, transitoriamente, uma simples alteração à actual legislação de forma a possibilitar a imediata opção por um dos regimes de segurança social actualmente vigentes;
- 7.** Face à intenção do governo em alterar, mais uma vez, o regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, incidindo tal alteração, essencialmente, na imposição por via administrativa de um modelo de governação, bem como no alargamento do regime de incompatibilidades aplicável aos titulares dos cargos sociais das caixas agrícolas, o Congresso rejeita esta iniciativa legislativa, que considera inconstitucional e que contribui fortemente para a descaracterização das caixas de crédito agrícola mútuo como instituições de natureza cooperativa e mutualista;
- 8.** Requerer o cumprimento do princípio da discriminação fiscal positiva a favor das cooperativas, já definido no Estatuto Fiscal Cooperativo, respeitando a proporcionalidade definida para a tributação do rendimento das cooperativas não isentas, fixando a respectiva taxa num valor não superior a 60% da taxa geral definida no Art. 80º do Código do IRC. Igualmente, em sede fiscal, deverão ser reforçados os mecanismos de incentivo ao auto-financiamento e reestruturação das empresas cooperativas, que actualmente estão limitadas temporalmente até 2005;
- 9.** O Congresso recomenda ao Governo que regule com brevidade o processo de envolvimento dos trabalhadores na Sociedade Cooperativa Europeia, de modo a possibilitar ao Sector Cooperativo Português a utilização, a breve prazo, deste modelo de intercooperação à escala europeia;
- 10.** O Congresso recomenda que, face às experiências positivas existentes, o Estado deve aprofundar a política de transferência de funções para as Organizações Cooperativas, através de Protocolos e Parecerias estratégicas;

11. Propor que o Estado Português desenvolva as condições necessárias para a implementação de um adequado levantamento estatístico que considere a importância sócio-económica e evolução do Sector, de acordo com as recomendações incluídas na Comunicação de Fevereiro de 2004, da Comissão das Comunidades Europeias;

12. Reconhecendo a utilidade para o sector cooperativo da existência de um Instituto Público vocacionado para a sua promoção, o Congresso considera ser indispensável o reforço das capacidades de acção do INSCOOP e que o seu modelo de gestão evolua no sentido de assegurar uma gestão bipartida, envolvendo directamente as duas estruturas de cúpula representativas do Sector Cooperativo Português;

13. Reforçar a importância fundamental da intercooperação económica e associativa e apelar à sua prática quotidiana, no quadro de uma adequada sustentabilidade futura do movimento cooperativo português.

As conclusões aprovadas e que antes reproduzimos, constituem linhas de orientação estratégica que terão de ser concretizadas pelos homens e mulheres a quem será confiada tão importante quanto árdua missão.

José Luís Ribeiro/CERCIFAF

AS COOPERATIVAS NO MUNDO

- 160 anos de história
- 800 milhões de sócios
- 100 milhões de adeptos
- 400 milhões de agricultores associados
- 50% da produção agrícola mundial passa pela actividade das cooperativas
- presença em mais de 100 países
- desenvolvimento em todos os sectores económicos, tradicionais e inovadores.

AS COOPERATIVAS NA EUROPA

- 300.00 cooperativas
- 140 milhões de sócios
- 4,8 milhões de adeptos

Nota: no Leste europeu ainda está a acontecer uma difícil passagem da "Cooperação de Estado" para a "Cooperação verdadeira".

AS COOPERATIVAS EM PORTUGAL

- 3 mil cooperativas
- 2 milhões de membros
- 51 mil trabalhadores
- 5% do Produto Interno Bruto

SESSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Promovido pelo *Grupo de Trabalho Concelhio para a Deficiência*, teve lugar no dia três de Dezembro, no mês em curso, no Auditório da Casa Municipal da Cultura, uma Sessão de Informação sobre Ajudas Técnicas, destinada a técnicos dos Centros de Emprego e outros técnicos que intervêm nas Áreas Social e da Saúde, autarcas, gestores escolares bem como pessoas



interessadas nesta temática, pertencentes aos concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Cabeceiras, Mondim e Celorico de Basto e ainda Ribeira de Pena, concelhos estes pertencentes às zonas de influência dos Centros de Emprego de Fafe e de Basto.

Esta acção realizou-se no âmbito das comemorações do DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA e teve como objectivos, para além de comemorar o Dia Internacional, divulgar os Centros prescritores e/ou financiadores de Ajudas Técnicas, contribuir para o exercício da cidadania plena das pessoas com deficiência e envolver os diversos actores sociais na divulgação de instrumentos facilitadores para a integração e promoção profissional das pessoas com deficiência.

Na Mesa da Sessão de Abertura, que foi presidida pelo senhor Carlos Mota, Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Fafe, estiveram a Dr.^a Paula Sena Carneiro, da Equipa de Apoios Educativos de Fafe e o Prof. José Luís Ribeiro, em representação da CERCIFAF.

A abrir a Sessão e em nome do Grupo de Trabalho, de que fazem parte também a Santa Casa da Misericórdia de Fafe, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fafe e a Câmara Municipal de Fafe, através do Serviço Social, o Prof. José Luís Ribeiro, depois de saudar e agradecer aos presentes a participação neste evento, deu enfoque aos objectivos que foram estabelecidos pelas Nações Unidas para as comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Justificou a oportunidade da realização desta sessão de informação, cuja finalidade radica em levar a um conjunto de pessoas que mantêm contactos privilegiados com um grupo social a quem a informação ou simplesmente não chega ou então está dispersa e pouco clara, criando dificuldades acrescidas na resolução dos problemas.

O senhor Carlos Mota, após justificar a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por historiar a constituição do Grupo de Trabalho, nascido aquando das comemorações do Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência, por convite da própria Câmara. Enalteceu toda a colaboração recebida de um conjunto de pessoas que, voluntária e informalmente, se disponibilizaram para trabalhar em prol das pessoas com deficiência. Referiu o empenhamento do Grupo de Trabalho e da Câmara em tornar a cidade e o concelho de Fafe num exemplo de boas práticas no que se refere, nomeadamente, à mobilidade e acessibilidade. Neste sentido, disse, a Câmara Municipal de Fafe formalizou, no passado mês de Maio, a adesão à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade, através da assinatura de um Contrato-Programa, com a Associação Portuguesa de Planeadores do Território, que tem como principal objectivo o de adequar as cidades e vilas a todos os cidadãos.

Teve palavras de simpatia para com os participantes no evento a quem desejou uma boa jornada de trabalho.

Finda a Sessão, teve lugar a comunicação " A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Utopia ou Imperativo" apresentada pela Dr.^a Sofia Cruz, Licenciada em Psicologia, Área da Saúde, Gestora de Projecto da Equipa Gestão de Projectos de Reabilitação, do CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Numa comunicação excelentemente estruturada a Dr.^a Sofia Cruz, historiou as formas de intervenção que a sociedade tem estruturado ao longo dos tempos para lidar com as pessoas com deficiência. Enfatizou a evolução dos conceitos até aos dias de hoje em que o primado não é actuar directamente sobre a pessoa com deficiência mas sim sobre o meio envolvente. Este novo paradigma social nas relações com os "outros" obriga a mudanças estruturais, a diversos níveis, mas, fundamentalmente na mudança de atitudes e na adopção de posturas que sejam capazes de compreender e aceitar a diferença. E, afirmamos nós, não se trata de uma utopia mas sim de um imperativo, cuja concretização vai acontecendo lentamente, num processo lento mas contínuo onde as barreiras culturais irão demorar muitos anos a derrubar, porque, como alguém afirmou "é impossível encontrar uma ajuda técnica para mudar as atitudes".

Após uma curta pausa, seguiram-se as intervenções sobre Ajudas Técnicas, a cargo da senhora Eng.^a Cristina Crisóstomo, que desempenha funções de Gestora de Serviços, da Equipa de Serviços de Reabilitação Funcional e Ajudas Técnicas no CRPG, e do Dr. Belarmino Costa, director e Coordenador do Centro de Formação e Emprego da CERCIFAF.

Ambos versaram o tema central desta sessão, ou seja, Ajudas Técnicas: o que são; para que servem; quais os beneficiários; processos de encaminhamento e organização processual.

Terminadas as comunicações houve lugar para esclarecimentos, facto que motivou forte e salutar interacção entre os comunicadores e os assistentes. Alguns participantes colocaram situações concretas de pessoas que necessitavam urgentemente de ajudas técnicas para acederem à formação profissional tendo em vista um futuro emprego. Durante este período de perguntas e respostas muitas dúvidas puderam ser esclarecidas, desde a apresentação de “casos pessoais” até a situações mais genéricas.

No final da Sessão foi evidente a satisfação dos presentes em face da informação recebida, a qual irá, certamente, constituir um meio de grande utilidade no encaminhamento de situações que visem resolver ou minimizar problemas de pessoas com deficiência para as quais quer os técnicos quer as Organizações sentiam dificuldade em ultrapassar.

CERCIFAF RECONHECIDA PARA FINANCIAR AJUDAS TÉCNICAS

Na sequência de uma candidatura apresentada ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a CERCIFAF foi reconhecida e autorizada a ser um Centro Financiador de Ajudas Técnicas, por despacho da Comissão Executiva datado de Janeiro de 2004.



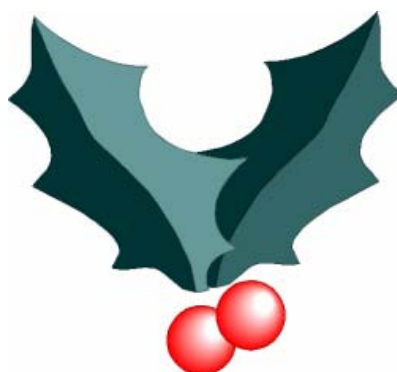
Alguns exemplos de Ajudas Técnicas

Através desta medida, a CERCIFAF passa a dispor de mais um serviço que visa melhorar e aumentar as possibilidades reais de acesso à formação profissional e ao emprego, bem como a manutenção dos empregos.

É importante salientar que os candidatos a estas ajudas são apenas pessoas com deficiência que estejam em idade de frequentar acções de formação profissional ou de emprego, assim como as pessoas com deficiência adultas, empregadas ou desempregadas, residentes em Fafe ou nos concelhos limítrofes, e para as quais as ajudas técnicas se considerem fundamentais para aumentar as suas capacidades para a formação ou para o trabalho, numa perspectiva de acesso à

formação e ao emprego, ou para a manutenção e progressão nos empregos em que se encontram.

Poderão assim as pessoas com deficiência ou os seus familiares, contactar ou dirigir-se aos nossos serviços a fim de serem avaliadas as situações, caso a caso, para se proceder ao processo de prescrição médica e de financiamento.



Boas Festas

**A direcção da CERCIFAF
deseja a todos um Bom Natal
e um Próspero Ano Novo**

CERCIFAF INFORMATIVO

R.ª 9 de Dezembro, n.º 99
Monte de S. Jorge
4820-161 FAFE
Tel.: 253 490 830 Fax.: 253 490 839 E-mail.: cercifaf@mail.telepac.pt